

“*A liberdade não é incompatível com a ordem*”: O vocabulário do Partido Liberal na Província do Espírito Santo

“*The liberty don't is incompatible with the order*”: the Liberal Party vocabulary in Espírito Santo provincial

Driely Neves Coutinho
Graduada em História
Faculdade Saberes – ES
drielynevescoutinho@gmail.com

Recebido em: 19/06/2020

Aprovado em: 09/07/2020

Resumo: A década de 1860, no Império brasileiro, foi marcada por uma transformação linguística que culminou com a modificação da *cultura política* imperial, como a emergência do republicanismo. A Província do Espírito Santo não esteve distante desse processo, embora composta por uma elite treinada à prevalência da ordem na localidade, e a difusão do republicanismo tenha surgido bem mais tarde que na Corte, os anos sessenta também modificou a *cultura política* local. Por meio da análise das *linguagens políticas* de periódicos locais, verificaremos que o período exposto promoveu a formação e a consolidação do Partido Liberal provincial, bem como, a sua conexão linguística com os conceitos difundidos na imprensa do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Imprensa; Partido Liberal; Espírito Santo

Abstract: The 1860s in Brazilian Empire, was marked by a linguistic transformation that culminates with the modification of imperial *political culture*, as the emergency of republicanism. The Espírito Santo provincial didn't was detached this process, although composed of a trained elite to prevalence of order in locality, and the republicanism dissemination has appeared much later that in Court, the sixties also modified the political culture local. By means of *political language* analysis of local journals, verify that the reporting period promoted the formation and consolidation of Liberal Party provincial, as well as, the its linguistic connection with the concepts widespread in Rio de Janeiro's press.

Keywords: Press; Liberal Party; Espírito Santo

[...] Então, a província do Espírito Santo não será como tem sido, um objeto de zombaria até agora exposta as irrisões de um “momo” que dela zomba despidosamente. As fileiras liberais terão de engrossar, visto que muitos cidadãos abastados e ilustres com elas pactuam[...] (O Tempo 10/12/1861, nº12)

Introdução

A década de 1860 foi marcada por mudanças no cenário político nacional. Nas palavras de José Murilo de Carvalho, “foi a mais rica do Império no que se refere à produção de textos políticos”. (CARVALHO, 2007) Segundo Karulliny Siqueira, o movimento político ocorrido nesta década é denominado “Renascer Liberal”, onde emergia novas temáticas, novos debates e ocorrera a reconstituição do Partido Liberal. Assim, os assuntos mais debatidos entre os partidários eram: a descentralização, os malefícios da escravidão, e as questões referentes à Igreja e Estado. (SIQUEIRA, 2013) Sérgio Buarque de Holanda evidencia que as posições partidárias, que haviam sido diluídas em 1853, voltavam naquele momento a digladiar. (BUARQUE DE HOLANDA, 2004)

No ano de 1853, o Império do Brasil teria experimentado por quase dez anos a política da Conciliação moldada por Marquês de Paraná.¹ Deste modo, a reconfiguração dos partidos políticos que se desenrolou nos anos sessenta estava carregada do resultado deste processo. José Murilo de Carvalho revela que Nabuco de Araújo, imbuído de um espírito conservador, propôs a formação de uma *liga* entre liberais moderados e conservadores dissidentes, formando o Partido Progressista. Todavia, a estabilidade não fora resultado do processo, os liberais históricos disputaram hegemonia com o grupo. (CARVALHO, 2007) Posteriormente, jovens liberais questionaram o próprio partido.

Neste sentido, ressaltamos o periódico *A Actualidade*, redigido por uma nova geração de liberais², que circulou na Corte nos anos de 1859 a 1864. A folha logo no início exaltava os preceitos da Liga que se formava, contudo, ao decorrer de sua existência, percebera que a facção apenas perpetuava antigos conservadores no poder, o símbolo disso se encontrava no Gabinete de Zacarias. Sua circulação foi encerrada com bastante desânimo emitido pelos redatores perante a realidade política, mesmo que o Partido Liberal ainda estivesse no poder.

¹Para um estudo aprofundado acerca da política da Conciliação, verificar: ESTAFANES, Bruno Fabris. Conciliar o Império: Honório Hermeto Carneiro Leão, os partidos e a política de Conciliação no Brasil Monárquico. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo, 2010; FERRAZ, Paula Ribeiro. O gabinete da Conciliação: atores, ideias e discursos (1848-1857). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013.

²Os redatores, em primeiro momento, são: Flávio Farnésé, Lafayette Rodrigues Pereira e Bernardo Joaquim da Silva Guimarães. Este último, no ano seguinte vai a Catalão, em Goiás, assumir um cargo de magistratura, e abandona a redação. Em 1862, Pedro Luiz de Pereira Souza assume como um dos redatores. Sobrando em 1863 apenas o dono do periódico, Farnésé, por não concordar politicamente com seus amigos. Ademais, contrata Antônio Barbosa da Silva e Souza e Luiz Barbosa da Silva.

Outro periódico que ilustra a transformação do contexto partidário do Império é a folha *Opinião Liberal*, que circulou dos anos 1866 a 1870. A redação³ emitia um novo vocabulário reivindicando o progresso, o esclarecimento, e a democracia. Com um tom de radicalismo viria a negar o Imperador e o próprio Regime. Assim, a folha transformou os termos “democracia” e “república” em sinônimos. A circulação foi encerrada para suprir as necessidades do Clube Republicano.⁴ Deste modo, os acontecimentos políticos que envolvem a década de 1860 modificaram a cultura política do Império como um todo, após o período, a Monarquia enfrentou um movimento político de contestação. A linguagem do republicanismo havia chegado.

Contudo, o Império brasileiro não prestigiou harmonia linguística, mesmo no quesito dos partidos políticos. Assim, torna-se necessário destacar outra realidade que vivenciara para além do Rio de Janeiro. Logo, a pequena província do Espírito Santo, ao apresentar suas singularidades, demonstra-se como objeto interessante para o nosso trabalho. Além disso, a pouca produção de pesquisas acerca do tema justifica a escolha da redução da escala para a investigação proposta.

Buscando inserir um cenário provincial no contexto imperial, cabe ressaltar que o período regencial mostrou-se um marco histórico para a autonomia e a participação política nas províncias do Império. Se o Ato Adicional de 1834 modificou a realidade vivenciada na Corte, no âmbito provincial, na medida em que transformou os Conselhos Provinciais em Assembleias Legislativas, modificou por completo as realidades provincianas. Nas palavras de Terezinha Bichara: “A Província do Espírito Santo inaugura assim a sua fase histórica de autonomia constitucional e passa a ter, como unidade federativa, maior importância político-administrativa”. (BICHARA, 1984, p.33)

Rodrigo Goularte expõe que no momento da criação de um parlamento em nível regional, a província do Espírito Santo já possuía uma elite local capaz de realizar arranjos políticos para executar os planos de estabilização do Estado independente brasileiro. Propõe que essa elite fora treinada para enfrentar as demandas provinciais, bem como composta por

³ A redação era formada por três advogados novos: Henrique Limpo de Abreu, Francisco Rangel Pestana e José Luis Monteiro de Sousa.

⁴ Em meu trabalho monográfico, debruçei sob o vocabulário dos periódicos *A Actualidade* e *Opinião Liberal*. Esses jornais representam uma espécie de trajetória do radicalismo que surgiu na década de 1860, uma vez que alguns nomes de seus redatores estavam assinados no Manifesto do Partido Republicano: Flávio Farnesé, Francisco Rangel Pestana, Henrique Limpo de Abreu e Lafayette Rodrigues Pereira. COUTINHO, Driely Neves. *Linguagens de liberalismo: os diferentes vocabulários do Partido Liberal no Brasil Império*. Monografia (Graduação em História). Faculdade Saberes, 2019.

indivíduos com trajetórias e experiências individuais, costurando diferentes teias de relações sociais, fazendo emergir na província demandas de diferentes grupos sociais. (GOULARTE, 2008)

No cenário nacional, ao fim da Regência, o vocabulário da imprensa demonstrava a formação dos partidos Liberal e Conservador. Durante cerca de vinte anos de existência política, periodistas do Partido Liberal queixavam-se do impedimento do partido perante o Regime ao longo do tempo. Na década de 1840 a primeira derrota fora a consolidação do projeto de Estado regressista, culminando na excitação dos liberais em grande parte do Império. A efervescência da época levou a efetivação do projeto de Conciliação do político Honório Hermeto Carneiro Leão, que manteve os liberais restringidos das cadeiras ministeriais. Como já explícito, na década de 1860 uma nova geração de liberais, enfatizando essa trajetória, demonstrava estar disposta a pertencer ao jogo político, mesmo que para isso o ordem estivesse ameaçada, ou até mesmo o próprio Regime.⁵

Entretanto, teria o Espírito Santo passado pela mesma trajetória partidária? Em 1840, agremiações políticas conflagraram-se na localidade? Quais são os principais efeitos causados pela Conciliação de Paraná? Ocorrerá na região a radicalização linguística na década de 1860? A província do Espírito Santo, não desfrutara do mesmo cenário político que ocorria no centro imperial. Assim, nos anos de 1840, os personagens políticos atuantes na Assembleia Legislativa da província não elaboraram conceitos que demonstravam a construção de um ideário partidário. Nos fins da década de 1860, o Partido Liberal provinciano estava longe de radicalizar-se.

Ao iniciarmos tal discussão, primeiramente, torna-se necessário esboçar a perspectiva da historiografia tradicional⁶ capixaba acerca do tema.

Basílio Carvalho Daemon (DAEMON, 1870), Maria Stella de Novaes (NOVAES, 1985) e Geert Bank (BANK, 1998) compreendem que a formação dos partidos políticos no Espírito Santo haveria ocorrido no período regencial. Esses autores relacionam uma luta que ocorrerá no período entre as irmandades religiosas que se apelidavam de “peroás” e “caramurus”, com o

⁵ Acerca do temática, verificar: COUTINHO, 2019. Verifica-se o vocabulário do Partido Liberal dos anos 1840 a 1860, identificando os conceitos que os jornalistas difundiam, bem como, a trajetória linguística de exclusão dos holofotes ministeriais propugnada por esses indivíduos.

⁶ Consideramos como historiografia tradicional obras compostas por memorialistas, pelos primeiros historiadores que analisam determinado tema ou conjuntura, e a perpetuação de suas vertentes. Os historiadores tradicionais entendem a história como narrativa dos acontecimentos, mantendo-se fiel a fonte.

desenvolvimento dos partidos liberal e conservador.⁷ Nas palavras de Francisco Antunes de Siqueira, um memorialista espírito-santense:

Estes partidos - peroá e caramuru - foram extremados e acamparam-se até em arraiais diversos, com bandeiras diferentes, para determinar dois partidos políticos - liberal e conservador - disfarçados pelo caráter religioso. (SIQUEIRA, 1999, p.70)

Já Karulliny Siqueira expõe não haver evidências sólidas para relacionar essas irmandades religiosas com os futuros partidos políticos que se instalaram na província. Assim como, não é possível verificar a influência política que esses grupos exerciam na província. A autora expõe que a proposta da historiografia tradicional parece fundamentar-se nas divisões existentes no Rio de Janeiro no período regencial, onde haviam as facções: caramurus, exaltados e moderados⁸. No entanto, a província não evidencia a existência dessas facções, nem de seus projetos políticos. (SIQUEIRA, 2016)

Portanto, Karulliny Siqueira assevera que somente após a década de 1860 pode-se identificar os partidos Liberal e Conservador na província do Espírito Santo. A localidade teria seguido um projeto pautado na ordem e na pacificação, em meio a tantas turbulências que vivenciavam os outros territórios do Império. Assim, Siqueira expõe que a condução da política local fora feita por uma “[...] elite coesa pautada em uma homogeneidade ideológica e de treinamento [...]”. Ademais, esboça que até aquela década fora ausente a imprensa difusora de opiniões produzida na própria província, permitindo restritamente aos capixabas o acesso à poucos periódicos que vinham de fora da localidade, mas que não inseriram o Espírito Santo no debate nacional. Diante desses fatores, tornava-se possível um projeto de moderação, e o enfraquecimento de qualquer desordem que ameaçasse a ordem do Império. (SIQUEIRA, 2013)

Na perspectiva da autora referenciada, a ausência da produção imprensa local fora a grande contribuidora para o afastamento dos distúrbios políticos que ocorreram no Brasil,

⁷ “A 23 de setembro deste ano, é tirada a imagem de São Benedito do altar da Igreja do Convento de São Francisco, causando esse fato grande alvoroço na cidade, assim como grandes desordens, processos canônicos em que intervieram o Coronel Dionísio Álvaro Resendo e o Capitão João Crisóstomo de Carvalho, assim também reclamações, representações e formação de dois partidos extremados [...] As festas que na igreja daquele convento se faziam com entusiasmo e grandes dispêndios, deu causa a alguns da Irmandade de São Benedito do Rosário se incomodassem, tomando com o acinte os de mais inteligência como fossem o Tenente Manoel Francisco de Cristo, José Joaquim de Souza Ribeiro, Luís dos Santos Lisboa e outros, chamando aos de São Francisco de provocadores e exaltados, apelidando-os de caramurus ou rusguentos, denominação dos partidos políticos do país, que hoje é denominado liberal [...]” DAEMON, 2010.

⁸ Verificar: BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. *O Império em construção: projetos de Brasil e a ação política na Corte Regencial*. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

sobretudo no período regencial, sendo este um dos momentos mais conturbados do Império brasileiro. Nesse sentido, destaca-se: os conflitos que envolveram a Independência; as referidas tensões regenciais; as conflagrações partidárias que permearam a década de 1840. A partir do apaziguamento dos principais conflitos que inundaram as primeiras décadas do Segundo Reinado, houve a organização da elite capixaba para a formação de partidos políticos. Logo: “A emergência da imprensa política mais atuante, está diretamente ligada à formação e definição de identidades políticas locais[...]”. (SIQUEIRA, 2013)

Nesse sentido, no momento em que a linguagem dos liberais do Rio de Janeiro desfrutava de uma radicalização de ideias, na província, o bipartidarismo começava a se distinguir ideologicamente. O desenvolvimento das agremiações só haveria ocorrido através da difusão da imprensa periódica provincial, já que antes disso houvera um embargo da elite para o seu desenvolvimento.

Portanto, utilizaremos periódicos da localidade que circulavam na década de 1860, elucidando o surgimento dos partidos políticos na província, com o foco no Partido Liberal. Verificaremos, que embora a tardia formação dos partidos políticos no Espírito Santo, o vocabulário de seus redatores era permeado de certa coesão com os partidários da Corte. Assim, levantaremos os vocábulos que norteavam o Partido Liberal na imprensa capixaba naquele momento, colocando ao lado da linguagem do Rio de Janeiro, demonstrando, que além de linguagens, o Império contou com sublinguagens que fazem parte do contexto político nacional.

“A província do Espírito Santo não será como tem sido”: a emergência de um novo vocabulário.

Na esfera da Corte, falar sobre a formação do Partido Liberal é colocar, principalmente, o estudo da década de 1840 em questão. Na província do Espírito Santo, só fora possível a consolidação de um bipartidarismo político em duas décadas posteriores. Karulliny Siqueira salienta que nesse momento, por influência de uma nova cultura política que se alastrava na localidade, pode-se visualizar a emergência de grupos políticos divergentes. Promovendo assim, a inserção de um novo vocabulário, e uma linguagem política distinta. Conjuntura providenciada através do advento da imprensa política. (SIQUEIRA, 2013)

Logo, destacamos o periódico *A Liga*, que circulou na província nos anos de 1860 e 1861. O jornal era publicado aos domingos, em Vitória, na tipografia do Azeredo. Custava 100rs. Esse jornal significava na província o início das disputas na imprensa, questionando assim, o domínio

de uma das principais figuras políticas provinciana, Francisco Monjardim. Como também, pleiteava a candidatura de Antônio Pereira Pinto para o cargo de Deputado Geral. Para a redação da *Liga*, Monjardim era o grande empecilho para o desenvolvimento da província. O personagem era acusado de embargar a liberdade da província por meio de sua postura repressora. Por esse motivo, as páginas do periódico eram estampadas com o seguinte trecho:

Sou pequenina
Mas denonada;
Não temo ferro
De mão armada. (*A Liga* 08/04/1860, nº1)

José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim era antigo no cenário político local. Concluiu seus estudos preparatórios em Vitória, e seguiu para o Rio de Janeiro com o objetivo de consagrar-se na carreira militar. Figura que caracteriza-se por sua postura ordeira e pacífica, apaziguou as conflagrações rebeldes que passara o sul da província. Nos conflitos que envolviam a Independência e a Regência, foi o principal responsável para que os espíritos exaltados não florescessem na localidade. (MONJARDIM, 2013)

No âmbito nacional, o seu nome também obteve destaque. Monjardim fora oficial das Forças do Império. O militar foi agraciado com as condecorações: Cavaleiro da Ordem de Aviz; Conselheiro da Ordem Imperial do Cruzeiro; Comendador da Ordem de Cristo; Comendador da Ordem da Rosa. O Coronel exerceu os cargos de: Vereador no município de Vitória; Deputado Provincial; Deputado Geral; e 14 vezes Presidente de Província, mesmo sem nomeação oficial ao cargo. (MONJARDIM, 2013) Conforme os apontamentos de Karulliny Siqueira, a referida personalidade esteve presente na esfera política durante 60 anos de sua vida, atuando como conciliador e pacificador da província, nos momentos mais conturbados do Império: a Independência e o período Regencial. (SIQUEIRA, 2019) Assim, Monjardim obtinha bastante prestígio no cenário político local, a medida que combatia qualquer efervescência que viera a florescer na região, até mesmo por meio do cerceamento da imprensa.

O jornalista da *Liga* compreende o seu espaço na política local em relação ao domínio de seu grande opositor. No entanto, vocifera sua ousadia e expõe o seu caráter inovador frente a realidade da província. A partir de então, o Espírito Santo caminhou para o fim de sua homogeneidade política e ideológica. Como salienta Terezinha Bichara, no decênio entre 1858 e 1867, surge na província os primeiros vestígios de uma força formadora de grupos. A autora expõe que o silêncio herdado dos antigos conselheiros já não era mais realidade, externava-se

naquela conjuntura, posições divergentes. No entanto, Bichara expõe que essas discordâncias eram de cunho meramente pessoais. (BICHARA, 1984)

Conforme a análise do periódico, e os estudos da historiadora Karulliny Siqueira, percebemos que a folha demonstra a existência de grupos políticos divergentes que atuavam naquele momento. A autora aponta, que enquanto na Corte, liberais e conservadores dissidentes organizavam a Liga Progressista, na província, a conflagração política se verificava entre dois “partidos” distintos. O Partido Dionisiano, que possuía como líder Dionísio Rosendo, e o Partido Capichaba, com participação do ilustre Coronel Monjardim, cuja liderança estava contida em Inácio Rodrigues Bermudes. (SIQUEIRA, 2013)

Sendo a *Liga* aliada a Dionísio Rosendo, por muito tempo fora apresentado na historiografia que o Partido Dionisiano geraria posteriormente o Partido Conservador, uma vez que esse indivíduo, mais tarde, tenha sido chefe do partido. Entretanto, Siqueira expõe que não há indícios para que o Partido Capichaba defendesse ideários liberais. Ademais, nos relatórios de província, até aquele momento, demonstram que a província do Espírito Santo obtinha uma ausência de divisões partidárias definidas. (SIQUEIRA, 2013) No âmbito das linguagens políticas, verificamos a impossibilidade da existência dos partidos naquele momento, bem como a pouca probabilidade do periódico *A Liga* ter representado os interesses conservadores, uma vez que os vocábulos existentes no jornal se dispunham de um caráter frequentemente colocado pelos liberais: exclusão política, mesmo num momento que os conservadores geriam o Império.

A redação do jornal clamava pela emergência do *voto livre* na província. Logo, declaravam que o único voto que emitiria a *liberdade*, seria em Antônio Pereira Pinto. (*A Liga* 15/04/1860, nº02) Deste modo, esse sufrágio também significaria a predominância do *livre pensamento*. Assim, demonstravam que objetivavam, com novas ideias, promover a *civilização* e o *progresso* da província, sem a influência de um poderoso. (*A Liga* 13/05/1860, nº06)

Na Corte, verifica-se que o periódico *A Actualidade* emitia algum desses termos. Idiomas como “liberdade” e “progresso” modificaram o liberalismo brasileiro na medida que expressaram a emergência de uma nova cultura política, onde progredir, significaria a modificação da realidade vigente. Logo, compreendemos que os redatores da *Liga* objetivavam mudanças parecidas, no entanto, em alterar a predominância de um indivíduo, acusado de através do seu prestígio político, frear as liberdades, o progresso e a civilização na localidade: o Coronel Monjardim.

Modificar a realidade vigente, no âmbito provincial, para esses jornalistas, não significava a alteração do domínio ministerial de conservadores para liberais, uma vez que essas denominações não existiam no Espírito Santo.⁹ Essa alteração ocorreria pela retirada dos *velhos pacíficos*, (*A Liga* 29/04/1860, nº04) daquele que “[...]apenas serviu na câmara de divertimento para os seus colegas[...]”. Logo, a mudança na província ocorreria com a vitória de Pereira Pinto contra o *candidato patológico*, para a ocupação de uma cadeira na Assembleia Geral (*A Liga* 22/04/1960, nº03)

Conforme aponta Karulliny Siqueira, essa nova linguagem que emergia na província fora baseada na “[...] pedagogia do voto e nos ensinamentos sobre os principais atributos de um bom representante político[...]”. Assim, a autora expõe que através dessa imprensa doutrinária e pedagógica que se inseria no Espírito Santo, a elite provincial estabeleceu uma nova forma de se fazer política, expandindo o conceito de “povo”, como o único que poderia modificar a situação. (SIQUEIRA, 2013)

A fonte nos revela, que mesmo o periódico estando permeado de conceitos inovadores e modificadores da cultura política provinciana, a elite política capixaba seguia seus parâmetros sempre com referência à *ordem*. Assim, o termo “unidade” aparece como a união da nação, do povo e do governo. (*A Liga* 13/05/1860, nº06) É valoroso destacar, que falar em ordem no contexto imperial, é levar em conta a peculiaridade do liberalismo local pautado pela tradição ibérica. Assim, Maria Emília Prado salienta que haveria certa resistência à modernidade pela elite política brasileira, onde as principais transformações só ocorreria quando fossem extremamente necessárias, para não desestruturar a ordem tradicional do Império. (PRADO, 2001)

Destacamos, que a política da Conciliação, proposta por Paraná, era questionada pela folha, considerando os vocábulos que compunham o posicionamento dos jornalistas. Nesse sentido, a linguagem fora semelhante com o que circulava entre os liberais redatores da *Actualidade*. Na *Liga*, estampavam que muito tarde perceberam o erro das medidas que foram tomadas no período conciliatório, e que esse sistema seria utópico no Brasil: “Em resumo, - a imprensa e Conciliação - não são para nosso país, - porque dependem da liberdade, e - da civilização - que ainda todos não têm a honra de conhecer”. (*A Liga* 13/05/1860, nº06)

⁹ Vale ressaltar, que o projeto político implementado pela elite capixaba de distanciamento dos acirramentos políticos partidários, não significava que a província estava isolada da realidade nacional, ou atrasada. Os personagens políticos compreendiam e estavam atentos com os acontecimentos do Império, todavia, rejeitavam qualquer prática política que ameaçasse a tranquilidade local. Para saber mais: VIANNA, Karulliy Siqueira. *Imprensa e partidos políticos na província do Espírito Santo 1860-1880*. Vitória: IHGES, 2013.

A semelhança linguística com o periódico que se alastrava na Corte, verifica-se também pela inserção de temas como a “reorganização dos partidos”, e a própria citação da *Actualidade* dentro do jornal. Transcrevendo um artigo do *Publicola*, o periódico provinciano relata:

A reabilitação, ou reorganização dos partidos, é portanto uma necessidade indispensável do dia.

[...]

Falava-se em conciliação política: dizia-se que ela era a única medida proficiente para acalmar a irritação dos espíritos; e um dos mais ilustrados militantes do partido liberal escrevia de modo a inocular estas teorias no ânimo das massas; porém, quais foram os resultados práticos colhidos desde essa época, para hoje[...] (*A Liga* 24/06/1860, nº13)

A redação da *Liga*, indicava concordar com as mesmas ideias do periódico da Corte, a *Actualidade*. No entanto, novamente evidenciamos a impossibilidade deste jornal pertencer aos ideais do Partido Liberal. Uma das grandes evidências, é que o principal inimigo político do personagem que escreve esse periódico, Monjardim, fosse futuramente o chefe dos liberais na província do Espírito Santo. Ademais, ligar a futura atuação desse personagem a essa realidade, serve aqui para demonstrar a inexistência dos partidos políticos até o ano de 1861.

Outro jornal analisado para a realização deste trabalho foi *O Tempo*. O periódico se declarava “político, comercial, noticioso e literário”. Tinha como gerente St. Wanderley. E era publicado às terças e sextas feiras na tipografia Liberal. A assinatura custava 10\$000 ao ano, se pago adiantadamente, e 5\$000 por seis meses na capital. Fora dela custava 12\$000 anualmente, e 6\$000 o semestre. (*O Tempo* 10/12/1861, nº12) Conforme aponta Karulliny Siqueira, o redator da folha fora José Marcellino Pereira de Vasconcellos, e, a partir do vocabulário do periódico pode-se vislumbrar o nascimento do Partido Liberal na província. (SIQUEIRA, 2013)

O periódico analisado declarava que finalmente houvera surgido uma imprensa de oposição na província. A redação se dizia espantada com a proibição da leitura da folha por parte dos poderosos. Faz-se necessário a longa citação:

Houveram até homens que se encarregam de espalhar que o Tempo era anarquista, revolucionário, sedicioso, inimigo das autoridades, e até inimigo do povo, cuja a causa ele defende.

[...]

O Tempo não é anarquista, nem inimigo da ordem, sê-lo-á se convir dar esse título aquele que deseja a veneração das leis em toda sua plenitude, e o respeito aos sagrados ditames da constituição.

Sê-lo-é, se convir dar esse título, aquele que seja a maior economia dos dinheiros públicos, e o engrandecimento deste belo torrão.

Sê-lo-á, se a **liberdade de imprensa** não valesse por todos os direitos em que o povo pudesse pensar, e se não fosse por si só uma instituição[...]
[...]

O povo tem visto cercearem-se cruelmente todas as suas garantias, dando-as ao Poder Executivo; - o país, para o homem que o estuda com reflexão profunda, tem perdido muito com o medonho **sistema dos oligarcas, que tem preparado o terreno somente para o seu proveito. É isto que se observa na Corte em grande escala, e vai se observando, desde muito tempo, nas maiorias das províncias,** mormente quando estas são poucos ilustradas, e menos ricas.

A Lei de 3 de dezembro de 1841, e o seu regulamento, começou a matar as garantias mais sagradas do povo, e o mesmo o pacto fundamental, criando funcionários de polícia, que se sucedem todos os dias pela sua mobilidade, e segundo as conveniências do Poder Executivo[...]. (*O Tempo* 10/12/1861, nº12) [grifos nossos]

O idioma exposto nos revela a difusão de um ideário propagado pelo Império no espectro liberal. A conjuntura vivida pelos indivíduos da província, no ministério de Caxias, fora a presidência de José Fernandes da Costa Pereira Júnior. (DAEMON, 1870) Aparentemente, a redação do jornal discordava desse exercício, e assim, aglutinando temas e conceitos recorrentes no vocabulário do Partido Liberal da Corte, puderam se organizar como grupo.

Verificamos acima, que o redator acusava o Poder Executivo provinciano de coibir a liberdade de imprensa. Tanto na Corte, como na localidade, vociferavam estar vivendo um sistema de oligarquias. Retomaram velhos temas liberais, formadores do partido no Rio de Janeiro, quando elucidaram que a Reforma do Código de Processo Criminal - a Lei de 3 de dezembro de 1841 - fora causadora dos impactos políticos que sofrera o Império. Assim, a fonte revela uma aproximação de um ideário liberal, ao passo que rejeita-se um tema que marcou o Regresso conservador.

Karulliny Siqueira expõe que “[...] a folha é um verdadeiro chamado a um novo partido que estava se formando e que objetivava angariar participantes para iniciar a saga liberal na província[...]”. Ademais, a autora indica que a organização do grupo liberal haveria ocorrido por José Marcellino Pereira de Vasconcellos, com o apoio do Coronel Monjardim, cuja influência política contribuiu para a formação do Partido Liberal na localidade. (SIQUEIRA, 2013)

A redação, que era formada por diversos cavalheiros, dizia que embora a tentativa de abafar seus ideais que tentavam propagar, as ideias liberais surgiriam cheias de animação:

[...] Onde, sem receio de perder, e sim de muito ganhar, se possa ouvir os Ottonis, e Souza Franco e outros vultos respeitáveis? Então, a província do Espírito Santo não será como tem sido, um objeto de zombaria, até agora

exposta as irrisões de um “momo” que dela zomba despiedosamente. As fileiras liberais terão de engrossar, visto que muitos cidadãos abastados e ilustres com ela pactuam[...] (*O Tempo* 10/12/1861, n°12)

Através da veneração de nomes ilustres do Partido Liberal do Império, bem como o caráter linguístico de modificação a uma cultura política vigente, consideramos que o chamado renascer liberal na Corte, providenciou o nascimento do partido provinciano. Logo, concordamos com a afirmação de Siqueira, que expôs que a verdadeira formação do Partido Liberal na província só houvera ocorrido no ano de 1861, com suas condições específicas. E o jornal *O Tempo* foi o veículo utilizado para difundir as novas ideias que chegaram na província. (SIQUEIRA, 2013)

No ano de 1863 surge na província outro periódico pertencente ao Partido Liberal. *O Amigo do Povo*, denominado como um jornal político e noticioso. Era publicado em dias incertos, e distribuía-se gratuitamente. Assim como no periódico *O Tempo*, era redigido na Tipografia Liberal. No topo de sua página, transmitia o seguinte trecho:

Viva a nossa religião
Viva o trono Imperial
Viva para o bem da nação
- o Partido Liberal -

Nesse jornal, verificamos que o Partido Liberal já mostrava-se mais consolidado na província. Seu objetivo, exposto na única folha que encontra-se disponível, fora repelir “[...] com indignação as pretensões destes candidatos cascudos, e segui o Partido Liberal”. Logo, a redação buscava embargar as candidaturas dos “vermelhos”, Pereira Pinto e Silva Nunes. O candidato da folha para o Parlamento Brasileiro, naquele momento, era o Desembargador José Ferreira Souto. (*O Amigo do Povo* 08/08/1863, n°05)

O vocabulário do periódico emitia uma linguagem voltada a soberania do povo, que só seria possível “[...] elegendo os dois representantes que temos de mandar ao seio do parlamento para zelar pelos nossos direitos [...]”. Para a redação, um povo livre, é aquele que “[...] sabe com dignidade sustentar a sua liberdade, e os direitos que nos são garantidos pela constituição.” (*O Amigo do Povo* 08/08/1863, n°05) Assim, concordamos com a análise de Siqueira, que evidencia a posição do periódico em atribuir o conceito de povo à liberdade, que se sustentaria no momento da eleição. (SIQUEIRA, 2013)

Portanto, as fontes indicam que naquele momento, o contexto partidário que se vivenciava na Corte, fora muito distinto da perspectiva provincial. Logo, é neste sentido que se faz necessário o estudo em âmbito local, compreendendo o Império brasileiro com mais dinamismo e pluralidade. Assim, destacamos que em uma década de tantas transformações do Partido Liberal no Rio de Janeiro, no Espírito Santo, o contexto era de organização do partido.

Todavia, a década de sessenta é configurada na província pela inserção da política nacional no âmbito local. Dessa forma, os anos de 1860, efervescentes politicamente no contexto do Império, diferentemente das antigas turbulências que passara o país, atingiram a realidade da província do Espírito Santo. Desse modo, a partir do desenvolvimento da imprensa opinativa, bem como o surgimento de uma nova geração no cenário político local, a cultura política provinciana sofrera uma modificação. Assim, a linguagem política dos redatores torna-se cada vez mais acirrada em suas disputas partidárias.

“Quem diz liberal, diz progressista”: o vocabulário do Partido Liberal de Vitória.¹⁰

Verificamos anteriormente que a organização do Partido Liberal no Espírito Santo ocorreu em uma conjuntura política distinta dos maioristas no Rio de Janeiro. Após a formação da agremiação da localidade, a Liga Progressista assumiu a frente do ministério por bons anos, contexto positivo aos novos partidários do liberalismo do Império. Neste sentido, traçaremos o vocabulário emitido pelos jornalistas liberais provincianos.

A subida da Liga Progressista ao ministério fora deveras comemorada pelo Partido Liberal de todo o Império. Após a chegada de um ministério liberal, seria a vez das províncias caminharem no mesmo sentido. Logo, analisaremos aqui o periódico *Jornal da Vitória*, que circulou dos anos de 1864 a 1869.

No momento da fundação deste jornal, os liberais passavam pela fase de ascensão ao poder. Desse modo, por um longo período, o periódico emitiu uma linguagem oficial do governo. Entretanto, após a queda do Gabinete de Zacarias, verificaremos que o vocabulário da folha sofre uma modificação.

¹⁰ Utilizamos no título a palavra “Vitória” ao invés de ser utilizado “Província do Espírito Santo”, uma vez que dentro da província o Partido Liberal obteve vertentes: os liberais do centro, e os liberais do sul. No entanto, para esse estudo, analisaremos apenas os periódicos que circulavam na cidade de Vitória. Para mais informações acerca dos liberais do sul, verificar: SIQUEIRA, 2013.

Karulliny Siqueira salienta, que a mudança na cultura política da província, bem como a linguagem emitida nos jornais a partir da segunda metade da década de 1860, ocorreu através da modificação dos personagens que difundiam a opinião pública. A autora indica que “[...] existia uma elite intelectual que, em sua maioria, se diferencia da elite homogênea atuante na primeira metade do século[...]”. Assim, a maioria destes indivíduos não vivenciou momentos como a Independência, ou as conturbações da Regência. Siqueira expõe, que estes pertenciam a uma nova geração política. (SIQUEIRA, 2013)

Em seu trabalho, a autora traça o perfil sócio-profissional dos redatores¹¹ dos anos de 1864 a 1868, destacando quatro periódicos¹² que circulavam no Espírito Santo durante esses anos. A conclusão da historiadora é que, diferentemente dos ordeiros e pacíficos que consolidaram a ordem no Espírito Santo, esses redatores esboçavam peculiaridades. Esses homens, com exceção de José Marcellino Vasconcellos, não eram nativos da província. Naquele contexto, o redator citado, também se enquadra como o mais antigo desses indivíduos, e pertencia às antigas discussões políticas provincianas. (SIQUEIRA, 2013)

Destaca-se também, que todos os redatores apresentavam formação superior. Em sua maioria, eram Bacharéis em Direito. A maioria ocupou cargos públicos na província, e todos eles conseguiram chegar ao paço da Assembleia Provincial. Nesse sentido, a autora aponta que todos estes tiveram sucesso ao difundir suas ideias, ao tornarem-se deputados provinciais. As principais faculdades frequentadas por esses homens, foram a de São Paulo e de Olinda. Assim, pode-se concluir que a elite espírito-santense, na década de sessenta do século dezenove, esbanjava de uma heterogeneidade. (SIQUEIRA, 2013)

O *Jornal da Vitória* tivera como proprietário, primeiramente, o Bacharel Manuel Feliciano Muniz Freire, e logo depois Delecarlience Dourmend de Alencar Araripe.¹³ O periódico era publicado duas vezes por semana, nas quartas e nos sábados na Tipografia Liberal.¹⁴ O preço das assinaturas, na capital, custava 10\$000 anualmente, e 5\$000 semestralmente. Fora de Vitória, o

¹¹ Os perfis dos redatores analisados foram de: Basílio de Carvalho Daemon, Clímaco Barbosa de Oliveira, José Correia de Jesus, Manoel Feliciano Moniz Freire, Tito da Silva Machado, Leopoldo Mello e Cunha e José Marcellino Pereira Vasconcellos.

¹² Sendo estes: o *Jornal da Vitória*, *Sentinella do Sul*, *O Estandarte* e o *Correio da Vitória*.

¹³ A inserção deste indivíduo na política da localidade já demonstrava os novos caminhos que a província havia tomado. Delecarlience Alencar Araripe era primo de José de Alencar, cearense e já pertencia ao Partido Liberal. Naquele momento, possuía uma tipografia na Província do Espírito Santo, indicando, a aproximação da linguagem nacional do partido ao cenário local.

¹⁴ A mesma que *O Tempo* e *O Amigo do Povo*.

custo era de 12\$000 ao ano, e 6\$000 o semestre. Os três principais redatores da folha foram: o próprio Manoel Feliciano Muniz Freire, José Correia de Jesus e Leopoldo Mello e Cunha.

Embora a constante crítica aos ideários conservadores, a redação do *Jornal da Victória* expunha uma linguagem mais amena, se comparada com os periódicos que difundiram as primeiras críticas aos seus inimigos políticos no Espírito Santo. O periódico, até meados dos anos de 1868, aparece sem grandes efervescências políticas. Com os liberais no poder, a redação parecia se preocupar mais com questões governamentais, e com a Guerra do Paraguai que agitava o país.

A folha nos fornece a imagem de um Partido Liberal organizado, chefiado pelo Coronel Monjardim e com os interesses em concordância à Liga Progressista. Verificamos também, que no momento de sua fundação, as discussões que norteavam o periódico se concentravam na substituição da cadeira de Deputado Geral deixada pelo desembargador Souto. No início das discussões, defendiam que Marcelino Vasconcellos - naquele momento membro do Partido Liberal - teria o direito de “[...] substituir a vaga de deputado que atualmente existe nesta província, como uma compensação de seus relevantes serviços, a menos que a falta de união e patriotismo não queira dar mais azo ao atraso que temos vivido[...].” (*Jornal da Victória* 09/04/1864, nº03)

Assim, o objetivo também estava posto contra a subida de um conservador para o cargo: “Escutei a palavra - liberdade; vencerão os amigos das ideias liberais. Se da liberdade nasce a justiça, a união, o poder, o progresso e alegria. Saudamos esse triunfo.” Diante do exposto, Antônio Francisco de Oliveira Sobrinho, redator dos trechos acima, percebemos que os liberais representavam para a folha um exemplo de *liberdade e progresso*. As fontes também indicam, que os conservadores, e principalmente o chefe do grupo, Álvaro Rosendo, espelhavam o *atraso*. (*Jornal da Victória* 09/04/1864, nº03)

Todavia, a elite atuante do Império brasileiro, constantemente alterava seus posicionamentos políticos, na medida em que demandavam determinadas posições políticas. Logo, José Marcellino Pereira de Vasconcellos migrou do Partido Liberal, para os hostes conservadores. No ano de 1864, ainda no início das publicações do periódico, Vasconcellos não aceita retirar sua candidatura em favor de Leão Velloso, e dissocia-se dos liberais daquele periódico. De acordo com Henrique Augusto de Azevedo, redator do fato: “[...] respondeu-me

que estava decidido a não desistir, e quando os seus correligionários o abandonassem, contava com alguns de seus amigos do eleitorado contrário[...].” (*Jornal da Victória* 13/04/1864, nº04)

Os redatores do *Jornal da Victória*, expressavam que a união de Vasconcellos com os conservadores era de “[...] uma conveniência toda ela filha do interesse individual[...].” (*Jornal da Victória* 01/10/1864, nº50) Diziam que essa união representava a *cobiça do poder*: “Neste caso, está a cobiça dos Srs. Ligueiros, então conservadores, derrotados: sacrificarão tudo, calçarão a honra a pés, praticarão as maiores desonestidades, somente para receberem por bem pouco tempo, as rédeas do governo. Infelizes! [...]” (*Jornal da Victória* 08/10/1864, nº52) Assim, a entrada de Marcellino Vasconcellos no Partido Conservador, relacionava-se com suas ambições de assumir o poder.

Verificamos acima, que diferente do contexto da Corte, o termo “*ligueiros*” aparece de forma distinta dos periódicos do Rio de Janeiro. Tanto na *Actualidade*, quanto na *Opinião Liberal*, *ligueiros* se referia aos indivíduos que pertenciam a Liga Progressista. Este termo aparece, por diversas vezes, de forma pejorativa, uma vez que os redatores dos jornais citados discordam, em determinado momento, da política progressista. No contexto linguístico dos redatores do *Jornal da Victória*, o vocábulo aparece de forma distinta. Embora a expressão também apareça de forma depreciativa, não estava relacionado ao Partido Progressista, já que, a redação pertencia a esse grupo.

Enquadrando-se no cenário político vigente, expunham estarem satisfeitos com o governo. Embora o país estivesse envolvido em uma guerra com outra nação, o Império gozava de “[...] completa tranquilidade e ordem em todas as suas províncias, e a perfeita cordialidade entre o governo brasileiro e todos os governos estrangeiros, à exceção do Paraguai[...].” (*Jornal da Victória* 28/02/1866, nº186) Para os redatores, o *patriotismo* e a *moderação* conservava a ordem e a tranquilidade pública. (*Jornal da Victória* 07/03/1866, nº188)

A partir das discussões que ocorriam na Corte, a respeito de liberais que estavam insatisfeitos com o governo, e que preferiam a subida dos conservadores à continuação dos progressistas no poder, os periodistas não compreendem as insatisfações. Questionavam: “O que leva a S. Ex^a a preferir um gabinete vermelho a um como o atual, de que fazem parte os Silveira Lobo, Paula e Sousa, Carrão, Saraiva, Nabuco e Marquês de Olinda?” (*Jornal da Victória* 28/03/1866, nº194) Assim, consideramos que o contexto linguístico que os redatores do *Jornal da*

Victória passavam, era de conjuntura governista. O Partido Liberal não estava em fragmentação na província.

Se para as redações da *Actualidade* e da *Opinião Liberal* a Liga Progressista fora prejudicial ao liberalismo que defendiam, para a folha provinciana a liga significava “[...] um Partido Liberal moderado [...] que por meio de uma política larga e generosa, miram a realização de reformas necessárias na legislação, e o desenvolvimento das forças vitais do país”. Para eles, os indivíduos que decidiram largar o egoísmo extremado, simbolizavam o *progresso* e a *liberdade*. (*Jornal da Victória* 26/12/1866, nº271)

No entanto, ao verificar a situação de divisão do Partido Liberal que passara o Império, utilizaram as palavras do deputado provinciano Horta de Araújo, na Assembleia Geral. O deputado expressava ser deplorável as dissensões que o Partido vivenciava. Expunha a política da Conciliação como uma página importante da história política do Brasil, e que a ela deve ao país, e ao Partido Liberal, a organização que triunfou nas urnas em 1863. Esta conjuntura precedera a liga, o início da fusão. Horta de Araújo salientava que não falava ali em nome de um partido genuíno ou histórico, pois os liberais deveriam estar em harmonia. (*Jornal da Victória* 01/09/1866, nº237) Seu clamor era claro:

Concorrei conosco para o triunfo das ideias liberais. Uni-vos, senhores, ante o inimigo estrangeiro que insulta nossos brios. Refleti um instante, e, as graves dificuldades da situação em referência a guerra, as finanças, a lavoura e o comércio. Vos farão convencer de que sem união, não é possível removê-las, e menos ainda, conjurar de sobre o futuro a nuvem negra que o ameaça. (*Jornal da Victória* 12/09/1866, nº240)

O discurso acima expõe a preocupação de um liberal da província com as dissidências políticas na esfera nacional. Bem como, verificamos neste momento a aproximação da província nas discussões do parlamento da Corte.

Acerca do tema referente a emancipação, verificamos um vocabulário moderado. A redação evidenciava ser necessário a substituição do trabalho escravo para o trabalho livre no país. (*Jornal da Victória* 07/04/1866, nº196) Entretanto: “A sua extinção, porém, não é um desses problemas que se possa resolver instantaneamente.” Os periodistas evidenciavam que o problema necessitava de “[...] prudência e sabedoria que o objeto requer.” (*Jornal da Victória* 20/03/1866, nº294)

A linguagem emitida pelo periódico nos promove a compreensão acerca de como estes indivíduos se definiam partidariamente. Com um idioma sempre de oposição aos seus adversários conservadores, entendiam haver entre eles uma dicotomia entre *liberdade* e *autoridade*. Nas próprias palavras de Horta de Araújo proferidas na Assembleia Geral, vislumbra-se que essa divisão ocorre desde 3 de Dezembro (a Reforma do Código de Processo Criminal), onde “[...] transpareceram forçosamente as tendências opostas dos dois partidos. Ou a luta dos dois princípios, o da autoridade e o da liberdade.” (*Jornal da Victória* 12/09/1866, nº240)

Outros termos surgem no periódico relacionados ao Partido Liberal. Seus protagonistas seriam defensores do *bem público* e das *ideias livres*. Diziam que de forma igualitária aos liberais da Corte, eles tomavam a *ordem* como símbolo, que seria ela companheira da *liberdade*. Almejavam o *voto livre*, que somente ocorreria *pacificamente*. (*Jornal da Victória* 19/01/1867, nº277) Assim, as fontes indicam que o liberalismo do Partido Liberal da província se assemelhava a característica da elite política local. O *progresso*, que também é um vocábulo comumente encontrado nas folhas, se consolidaria através da *ordem* e da *tranquilidade*.

Todavia, para os redatores do *Jornal da Victória*, embora emitiam representarem a liberdade, reconheciam que haveriam faltas de liberdade a serem transformadas. Questionavam:

Temos porventura a **liberdade eleitoral** e a **liberdade de parlamentar**?

[...]

Temos acaso a **liberdade individual** suficientemente garantida?

E não temos ainda o que fazer sobre a **liberdade da indústria** e do comércio, sobre a **liberdade do crédito** e a **liberdade do ensino**?

[...]

Falta-nos a **reforma da guarda nacional**, o que o país urgentemente reclama.

Falta-nos a **reforma administrativa** que não é menos urgente.

Falta-nos a **reforma judiciária** por longo tempo e inconvenientemente procrastinada. (*Jornal da Victória* 19/10/1867, nº354) [grifos nossos]

Na citação acima, verificamos que as reivindicações contidas na folha, se assemelhavam com a linguagem que encontramos nos periódicos partidários do liberalismo na corte.¹⁵ Ressaltamos, que esses temas se encontram presentes no vocabulário tanto de liberais históricos, como progressistas. Evidenciando, uma linguagem comum nas sublinguagens do Partido Liberal: a questão judiciária e administrativa; as liberdades necessárias para o progresso econômico e; a liberdade do ensino. Resultado da ampla difusão de ideias que ocorreu na década de 1860.

¹⁵ Vale ressaltar, que a transformação do liberalismo e as pautas desses novos indivíduos ocorriam também por meio da formação intelectual em universidades brasileiras, de forma distinta da antiga elite letrada coimbrã. Para saber mais acerca da formação intelectual das elites, verificar: CARVALHO, José Murilo. *A construção: a elite política intelectual. Teatro das sombras: a política imperial*. 4ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Assim como nos periódicos a *Actualidade e Opinião Liberal*, o tema “instrução pública” ganhou força no periódico *Jornal da Victória*. Os periodistas e membros do Partido Liberal, compreendiam que o melhoramento da instrução pública desenvolveria “[...] as forças morais e materiais da província[...].” (*Jornal da Victória* 04/07/1866, n°220)

O momento harmonioso com a política geral e de domínio político na província estava por acabar para os liberais. A Queda do Gabinete de Zacarias alterou o jogo político de todo o Império. Na linguagem liberal provinciana, o sentido fora em direção ao estelionato político, e o vocabulário dos liberais, a partir de 16 de julho de 1868, era de exclusão. De um idioma ameno aos problemas que se encontravam o Império, os redatores do *Jornal da Victória* expõem, a partir deste momento, maior criticidade e denúncias ao cenário político.

Até aqui, percebemos que o vocabulário dos redatores do periódico fora governista, seu contexto se encaixava com poder em vigor do momento. Os temas que permeavam a folha eram sempre de caráter ameno, e as críticas aos conservadores, que definiram os primeiros jornais liberais da década, perderam lugar para as discussões oficiais. A partir dos últimos anos da circulação do impresso, e principalmente, a inversão partidária do ano de 1868, a sua retórica foi modificada. Assim, falar sobre “*nós e eles*”, ganhou força novamente. (*Jornal da Victória* 29/01/1868, n°383)

Imbuindo-se de uma criticidade proveniente das disputas políticas dos partidos da Corte, a redação expunha não ser os conservadores aqueles que salvariam a Constituição. Pois, eles teriam rasgado cada página quando promulgaram a lei de 3 de dezembro; haveriam cerceado as atribuições do júri; nulificaram o Ato Adicional. Reconheciam que a política de Conciliação fora exclusivamente conservadora: “[...] durante os quatorze anos de domínio solapou todas as instituições do país, vem agora dizer ao povo que quer salvar a constituição?[...]” (*Jornal da Victória* 27/1/1867, n°366)

Após a inversão partidária ocorrida no Império, o vocabulário expressava cada vez mais um caráter de alijamento político. A postura dos liberais redatores do periódico, fora em expor que, a partir daquele momento, os correligionários Partido Liberal sofriam perseguição política. Reclamavam que algumas autoridades recém nomeadas ameaçavam guerrear contra todo o cidadão que concedesse voto aos liberais. (*Jornal da Victória* 19/08/1868, n°438) Após as eleições municipais, diziam que “[...] as portas das prisões continuam a girar sobre seus gozos para darem

entrada a novos perseguidos.” Declarando assim, que haveria um impedimento para o voto da população nos candidatos liberais. (*Jornal da Victória* 07/10/1868, nº452)

Acerca da alteração do ministério feita pelo Imperador, há de se considerar a diferença opinativa dentre esse periódico, e a *Opinião Liberal* no Rio de Janeiro. Não concordavam que um “[...] partido fraco, condenado pela opinião pública, tomar o poder de assalto com o pretexto de merecer a confiança da Coroa.” Consideravam aquela conjuntura *arbitrária*, pois haviam assumido o governo com o intuito de referendarem atos que nunca concordaram. No momento em que os conservadores aceitaram o poder oferecido pelo Imperador, demonstraram seu viés *absolutista*. No entanto, nossos redatores diziam não deixar fecundar “[...] em solo americano tão perniciosamente.” Pois, seriam eles “soldados da democracia.” (*Jornal da Victória* 22/08/1868, nº439)

Diante disso, as fontes demonstram os termos “*arbitrário*”, “*absolutista*” e “*democracia*”, utilizados de forma enfática. Todavia, o uso destes vocábulos deu-se de forma distinta dos liberais radicais da Corte. Falar de arbitrariedade e absolutismo, não significava questionar o Imperador, nem o próprio Regime. Os absolutistas, neste contexto, são os conservadores que aceitaram de forma indevida a concessão de Pedro II. Verificamos também, que a partir deste momento, o conceito “*democracia*” transcende no periódico, e os liberais são os seus representantes.

Outro debate que chama atenção nas páginas do impresso, se encontra na análise dos periodistas acerca do sistema representativo do Império. Para eles, havia um *falseamento* e um *viciamento* no *regime representativo*. Diziam que embora os partidos debatessem este tema, a *corrupção* que se alastrava, impedia que se fizesse algo contra. Utilizando as palavras do *Acadêmico de São Paulo*, defendiam em suas páginas a reforma eleitoral. Visto que, apenas cumprindo as exigências da *opinião pública*, desenvolveria a *liberdade* e se harmonizaria com os princípios da *ciência*. (*Jornal da Victória* 07/10/1868, nº452)

O conhecimento científico no século XIX simbolizava, principalmente, os aspectos da modernidade de uma nação. Moema Vergara salienta, que do ponto de vista da prática social, a ciência se relacionava à cidadania. Pois, o cidadão ideal seria aquele que possuía as informações necessárias para atuar na “polis moderna”, uma democracia com cidadãos conscientes e responsáveis. A ciência intimamente relacionada aos valores democráticos. (VERGARA, 2008)

Assim, verificamos que para os redatores, o Império brasileiro agora representava um regime que não simbolizava o povo, onde não fluía a *democracia*, termo que aparece simbolizando a vontade popular, bem como uma antítese a corrupção e ao absolutismo propagado pelos conservadores. O Regime, nas palavras do periódico, era alastrado pela corrupção promovida pelos representantes, e que apenas partir de uma reforma eleitoral,¹⁶ o Brasil poderia gozar da liberdade, e se encaixar nas ideias da ciência. Nesse sentido, percebe-se que para esses liberais, o Brasil não desfrutara de autonomia, e nem estava harmonizado com o ideário científico, simbolizando o atraso do Império perante o resto do mundo Ocidental.

Vale ressaltar, que a modificação no jogo político imperial e provinciano fez com que o contrato do periódico fosse rescindido com a província para a publicação dos Atos do Governo. Consideravam este feito uma “*verdadeira ditadura*.” (*Jornal da Victória* 30/11/1868, nº472). Entretanto, deu margem para que o jornal obtivesse mais páginas para esboçar suas ideias e crítica ao cenário político.

Após a reorganização do Partido Liberal que ocorreu na corte, diferente dos liberais radicais da *Opinião Liberal*, que se organizaram no Clube Radical, os periodistas do *Jornal da Victória* se uniram ao Centro Liberal, formado pelos liberais históricos no Rio de Janeiro. Reclamavam assim, que o absolutismo vivenciado naquela conjuntura, e as responsabilidades dos erros do Poder Moderador, é culpa da política implantada pelos conservadores desde o início do Segundo Reinado. (*Jornal da Victória* 10/04/1869, nº558) Percebe-se portanto que se comportavam de forma distinta dos liberais radicais, os quais se encontravam na figura real os males de todo o processo.

Portanto, a linguagem do periódico nos indica que há, ao longo do tempo, uma mudança em seu vocabulário na medida em que estava distante do poder. Verificamos que o vocabulário presente em suas páginas, é de caráter moderado e com conceitos que aparecem de forma distinta dos liberais que atuavam principalmente na *Opinião Liberal*. As fontes indicam, que os jornalistas da Província estavam a par dos temas discutidos na Corte, e que contribuía politicamente para

¹⁶ Transcrevendo um artigo do *Academico de S. Paulo*, a folha demonstrava que a reforma eleitoral ocorreria com a superação do sistema vicioso que haveria perpetuado desde a Lei de 3 de Dezembro de 1841 (Reforma do Código de Processo Criminal), e a Lei de 29 de Setembro de 1850 (Lei de Terras), que resultaram em um atentado ao voto eleitoral, já que, freavam a vontade do indivíduo. Acreditavam, que a própria abolição da Guarda Nacional, substituída por um órgão democrático, resultaria na livre manifestação do representado, sem se sentir ameaçado. Também propunham o abandono da eleição direta, prática que julgavam atrasada. Assim, aproximando o eleitor ao representante. Como também, a independência entre os poderes, sobretudo, o empoderamento do Legislativo. *Jornal da Victória* 07/10/1868, nº452.

o jogo político nacional. Compreendemos, a partir do *Jornal da Victória*, que a Província do Espírito Santo tivera naquele momento uma elite política mais organizada partidariamente, se comparado com os jornais *O Tempo* e *O Amigo do Povo*.

Conclusão

Objetivamos traçar o vocabulário presente do Partido Liberal na Província do Espírito Santo com o intuito de compreender o Império brasileiro com mais complexidade e dinamismo. Percebemos, ao longo da pesquisa, que a conjuntura política da localidade se constituiu de forma distinta do cenário nacional. Assim, apresentamos que a linguagem utilizada pelo Partido evidenciou diversas sublinguagens, estando elas definidas a partir do contexto político vivenciado pelos personagens que as emitem.

Quadro 1

Periódicos utilizados para a análise do artigo.

Jornal	Ano de início da publicação	Tipografia
A Liga	1860	Tipografia do Azeredo
O Tempo	1861	Tipografia Liberal
O Amigo do Povo	1863	Tipografia Liberal
Jornal da Victória	1864	Tipografia Liberal

Portanto, analisamos o periódico *A Liga*, o relacionando com a inserção da imprensa política na província, e o início das críticas jornalísticas na localidade. Os jornais *O Tempo* e *O Amigo do Povo*, demonstram a formação e consolidação do Partido Liberal no Espírito Santo. Já o *Jornal da Victória*, nos traz a representação de uma agremiação organizada, consolidada e governista. Esta última folha também significa a incorporação do debate político nacional no Espírito Santo. A década de 1860 altera por completo o contexto político e linguístico provinciano.

Fontes

A Liga

O Tempo

Referências Bibliográficas

- CARVALHO, José Murilo de. Liberalismo, radicalismo e republicanismo nos anos sessenta do século XIX. Oxford: Working Paper, *Centre For Brazilian Studies*, Oxford, 2007.
- BANK, Geert. Dilemas e Símbolos: estudos sobre a cultura política do Espírito Santo. Vitória: IGES,
- BICHARA, Terezinha Tristão. *História do Poder Legislativo do Espírito Santo 1835-1889*. Vitória: Leoprint, 1984.
- DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo*. 2ªed. Vitória: Secretaria de Educação e Cultura; Arquivo Público do Espírito Santo, 2010.
- GOULARTE, Rodrigo da Silva. *Figurões da terra: trajetória e projetos políticos no Espírito Santo de oitocentos*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, 2008.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil Monárquico: do Império a República*. v.5, 7ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- MONJARDIM, Leonardo Passos. *História Política da Família Monjardim*. Vitória: Lei Rubem Braga. 2003.
- NOVAES, Maria Stella de. *História do Espírito Santo*. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1984.
- PRADO, Maria Emilia. Ordem liberal, escravidão e patriarcalismo: as ambiguidades do Império do Brasil. In: GUIMARÃES, Lúcia Maria P. (org.); PRADO, Maria Emília (org.). *O liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001.
- SIQUEIRA, Francisco Antunes de. *Memórias do Passado: a Vitória através de meio século*. Edição de texto, estudo e notas de Fernando Achiamé. Vitória: Floricultura; Cultural ES, 1999.
- SIQUEIRA, Karulliny Silverol. *Imprensa e partidos políticos na província do Espírito Santo (1860-1880)*. Vitória: IHGES, 2013.
- SIQUEIRA, Karulliny Silverol. “O detentor da imortalidade subjetiva”: José Francisco Monjardim e a construção da ordem imperial. In: NASCIMENTO, Bruno César; OLIVEIRA, Uéber José de. (org). Os pensadores do Espírito Santo: de Anchieta a José Marcellino Pereira de Vasconcellos. Vitória: Milfontes, 2019.
- SIQUEIRA, Karulliny Silverol. *O Império das Repúblicas: projetos políticos republicanos no Espírito Santo , 1870-1908*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, 2016.
- VERGARA, Moema de Rezende. Contexto e conceitos: a História da Ciência e “vulgarização científica” no Brasil do século XIX. *Intervência*. Vol 33. Maio, 2008. p.324-330.